

O PHAROL

Attendei, dominadores da época!! A dominação sem limites conserva os espiritos em ou tarde se torna em sentimento hostil, e este em seu desenvolvimento não utiliza aos despo

O PHAROL tratará de politica, e sempre em sentido opposto ao partido Saquarema; combaterá energicamente os actos do trários, e nisto fará serviço relevante, porque movendo discussão sobre esses actos, se delucidará a verdade. Receberá annua linhas serão impressos gratis para os Srs. assignantes, e das que excederem-se pagará 80 rs. por cada uma, tanto como devera por cada uma, que contiver o annuncio. Para esta Folha subscreve-se nesta Typ. a 10\$ rs. por anno, e 6\$ por semestre pagos ad orá lugar as terças e sextas feiras não sendo dias santos de guardas, em cujo caso terá lugar nos immediatos.

PORTO ALEGRE.

O PHAROL.

Ilm. Sr.

A infrascripta, cansada ja de tanto soffrer manotações e couces, e não podendo por mais tempo continuar em seos soffrimentos pelos ultrajes que tão repetida e estupidamente lhe irroga um homem (na figura) que mora no 2.º districto desta cidade, e a quem, não sabe a supplicante porque, se confiou importante autoridade, para vergonha eterna desta mesma cidade, vem recorrer a V. S.ª na esperança de lhe prestar acolhimento e livral-a de tantas injurias. Bem convicta está a supplicante de que V. S.ª luctara com innumeras difficuldades para faser-lhe justiça, si quizer substituir a esta pessoa *autorizada* por outra do mesmo crêdo (saquarema) porque na verdade este districto é não só pobre desta gente, mas tambem entre ella deficit, senão impossivel é achar quem tracte a supplicante com a delicadesa que ella merece; mas está tambem persuadida que outra qualquer pessoa será menos injuriosa por mais caprixo que tenha em recorrer á queixosa para lidar com a penna na mão. Não numerará a supplicante todos os ultrajes recebidos desse individuo, porque para faser-o cangaria a paciencia de V. S.ª, que muito tem em que occupar-se; mas dirá somente que esse mesmo individuo acintoso e máo protestou e jurou por todas as *brasas espalhadas* que não havia nunca escrever subdelegado, e sim— Sobre-Delegado!

A'vista disto não poderá V. S.ª,

que tão zeloso se mostra pela reputação da supplicante, consentir que este máo homem continue a prostituir á mesma supplicante e a expol-a á irrisão publica, para o que apresenta a mesma supplicante como meio de evitar este mal, os seguintes artigos de Libello, contra o réo declarado.

P. que não sabendo o réo escrever o nome ao menos do emprego que elle, ou alguem exerce, não deveria ter sido escolhido para supprir faltas e assim

P. que reconhecidos e sentidos os couces na supplicante, entidade respeitavel, deve o couceiro ser exautorado da força com que se acha para isso, por que

P. que é deshonra para um paiz, onde ha pessoas habilitadas para bem exercerem cargos publicos, encarregar-se a uma (na figura somente) cuja capacidade só foi conhecida, em certo calamitoso tempo, para ligeiras de alta significação; e ainda mais

P. que si da parte de V. S.ª ha desejos illimitados de dar alguma representação a essa pessoa, mais coherente marcharia com seos apregoados principios de justiça, mandando que fosse ella antes para uma escola, onde aprendesse não só a escrever menos erradamente, mas tambem a conhecer que o exercicio aproveitavel de um emprego é muito diferente daquellle que certo *Espalha* desenvolveo, e para isso

P. que o réo foi accusado, no tempo em que os brasileiros não eraõ attendidos, de haver brincado com um relógio do fallecido, honrado e virtuoso cidadão João Pedro de Medeiros, brinquedo de que resultou que os herdeiros do mesmo, então vivo, não podessem vêr a avaliação do dito relógio no inventario, porque ausentou-se elle com

o terrivel brinquedo de saltar de cima de uma mesa para a algibeira (oh! que alforge) de um sujeito que mais achava objectos pertencentes a quem procurava do que os individuos, (e tudo era então virtude! Que vergonha) sendo que por tal motivo ainda

P. que semelhante unhador deve soffrer o castigo de (cortadas primeiramente as grandes unhas de Gavião) ser remettido a uma aula, onde aprenda a escrever melhor, e a não desprezar tanto a queixosa, levando para isso uma porção de palmatoadas diariamente, senão como castigo pelos erros que commetter na escola a que for mandado, ao menos para recordar-lhe os seos feitos de trahição ao partido, a que disia pertencer, e contra o qual negociava polvora, faccas para lanças etc etc; e nestes termos

P. que o presente Libello deve ser recebido á fim de que, com a possivel brevidade, a queixosa mais não soffra do réo, e seja este exautorado como incapaz do exercicio em que se acha com escandalo publico.

F. P.

Cos P. P. N. N.

Porto Alegre 26 de fevereiro de 1851.
A Orthographia.

Vamos dar publicidade ao artigo Communicado que se vai ler, não porque concordemos im totum com algumas proposições ali contidas, mas sim porque é elle producção de um nosso correligionario politico (assim o temos sempre considerado) e lhe reconhecemos talento para bem aproveitall o a Sociedade. Conhecemos que do facto de se acharem muitos prelos em poder de estrangeiros, que nem um interesse tem pelo nos-

a escandalosas recriminações de partido, porque recriminações de partido não podem ser consideradas as censuras, por mais fortes que ellas sejam, aos actos arbitrarios, despoticos e da mais infrene tyrannia da parte do poder e de seus espolias.

Porisso pois permittir-nos ha q'he digamos não podermos convir com semelhantes proposições, tomada em tanta generalidade.

mes, ou serão os nacionaes mesmos que, ou por vingangas particulares, ou por espirito de partido, ou mesmo porque pretendão prestar serviços a outros, procurão os prelos desses homens, que vierão buscar fortuna? Não vemos nós desses exemplos por muitas vezes? Sim, é isso o que infelizmente se dá, e com especialidade da parte do governo, quando, como na actualidade, é composto de homens, cujas opinioens politicas são no todo infengas á liberdade do povo, e porisso repellidas por elle! Não se vê de ordinario que os prelos pertencentes a estrangeiros são os que se prestão a acceitir artigos em defesa da opinião hoje dominante, (porque estão no poder) e são tambem de onde partem, não comedidas censuras aos actos do governo do partido liberal, isto é, do partido da Nação, mas desses artigos em que só descobrem-se calumnias, injurias, e ataques os mais directos até á honra das proprias familias desses homens liberaes? O que pois daqui se deve concluir, senão que amando o poder essa gente que hoje está com as redeas do poder, recorrem a todos os meios para galgar a elle, não poupando os dinheiros publicos para comprar a vontade desses estrangeiros? Sim, é isto uma verdade, e neste caso, como consideramos mais criminozo a corruptor que o corrompido, não aceitaremos a doutrina do nosso correli-gionario nesta parte.

Ainda mais outra proposição dis-junctiva avança o nosso correli-gionario, que é força, lançemos de sobre nós para aquelles que por ventura estejam no caso de acceitarem-na. E' verdade que a nossa folha é uma daquellas que tem fim politico, que procura bem ou mal sustentar certas idéas de partido, mas não se

bullo, ou grande monturo —, aonde quem quer leva a sua victima, ou despeja sua gamella de ciscaria.

Sim, com dor o disemos, mas é inquestionavel verdade, que por entre nós a Imprensa declina de dia a dia, e declina muito para o segundo caso. O tempo e os factos fação-se cargo de explicarem as verdadeiras causas do completo desnorteamento da nossa Imprensa: nós porem por honra de nosso paiz apenas supporemo-lhes duas; que uma, e talvez a primeira, seja a *cessão feita de toda a nacionalidade dos prelos*, a quem menos interessados que nós pelos nossos creditos de civilisação e moralidade, só as facilita a redusida elloquencia do ouro, e da adulação; e outra causa, seja a impropriedade e a fraquesa das leis de responsabilidade de produzir os pensamentos. Assim he que vemos entre nós a Imprensa, ou só prestada a escandalosas recriminações de partidos, ou fóra disto vendida a quem tem hum desafeigado, hum inimigo.

Communicado.

A Imprensa quando entre povos que manifestão honestas tendencias para o estado de aperfeigoamento da sociedade em que lhes convêm existir, he, e muito bem, na fraze de Lamartine qualificada de grande e respeitavel tribuna do universo: he sem duvida o elemento civilizador por excellencia, he o melhor tremometro para conhecer-se os variados grãos de civilisação de cada hum. Como tal he ella uma Deosa a quem as sociedades em geral devem o tributo da veneração; e essa tribuna rodeada então pelas diversas classes da sociedade ahi vão ouvir e aprender, e admirar ao mesmo tempo o seu progresso.

Assim quem ahi ha que senão julgue habilitado, e com direito de escrever para a Imprensa, no entretanto que incapaz será talvez, até, de diser — Imprensa — *trez vezes, sem se engasgar!* Não saberão escrever duas linhas em hum carta de costume, mas ahi os temos de animo realisado a rabiscar *cem* linhas para hum periodico; não terão hum vintém para comprar pão para os filhos que lhe chorão, mas terão *quatro*, seus ou alheios, para pagarem por cada linha de um periodico que se preste a um desforço de vingança, á uma injuria; não terão finalmente o expediente para pedir alguem um serviço, um obsequio, em favor de um terceiro desvalido; mas ahi os teremos com a precisa coragem para exigirem um escripto desrespeito e infamante, ao qual se não pejarão de prestar a sua assignatura contra quem tenha ainda por si a melhor reputação: muitas vezes o vão implorar mesmo de hum galé, que tenha mais gosto que elles para escriptor publico, embora em seus escriptos appareça o gosto e o estillo da *calceta*.

E agora de hum estúpido, de hum immoral, e de hum galé o que se deve esperar contra quem quer que seja? ahi temos então nivelladas, pela curiosa penna desta trindade abominavel todas as reputações, ás suas: para elles ja todos são velhacos, máos, estúpidos, ladrões e assassinos!!!

Mas quanto he penivel a mesma Imprensa no meio de hum povo intrudido ou desmoralizado! o mesmo de Lamartine ja lhe não chamaria grande tribunal do universo, e sim — grande pati-

Eis ahí a mercê então de quem ficaria exposta a honra alheia, o socego e o credito das familias!

A este estado mesmo devião chegar as cousas, se a Imprensa não cahisse na prostituição em que cahio. Se elles desconhecem a propria honra, como podem apreciar a honra alheia; se elles, com quanto muitos tenham familias; não sabem comprehender nem presar os deveres de filho, de esposo e de pae, como poderão acatar o decoro das familias: se elles, enfim, só vivem no charco da infamia e da miseria, como não quererão salpicar a todo o mundo, mais limpo do que elles, do lodo que os afoga???

E o correctivo queríamos por ventura encontral-o nos nossos Editores? que ingano! estes em sua generalidade não querem boas idéas nem bons princípios querem só pagas e boas pagas; e estas sempre na rasão da importancia da immoral e perigosa publicação (perigosa, porque o vulto corre o seu risco as veses). Que lhes a elles importa huma boa reputação menoscabada, a innocencia calumniada, a honra ultrajada, as familias desrespeitadas, si a sua honra, a sua reputação, a sua innocencia e a sua familia em summa he o dinheiro.

Lê-se no *Seculo* os seguintes artigos.

*A crise actual—o brigue «Brasil»
—ou o «Maria-até-vêr.»*

A opposição não quer a desordem. Quem quer a desordem é o governo que a deseja— a provoca.

Chega-nos a noticia de ter sido antehontem pela manhã dado ou vendido o brigue afamado *Maria-até-vêr* ao governo, o qual o fez á tarde baptizar com o nome de brigue *Brasil*, e armou em guerra.

E' este um erro do governo tão triste, tão mesquinho, tão escandaloso, que nem ao proprio sr. Gonçalves Martins o attribuíamos, si não o conhecessemos capaz de sacrificar tudo—o profano e o sagrado— a sua elevação, á sua elevação somente— sacrificar a monarchia, a nacionalidade, a virtude, a honra.

O sr. Gonçalves Martins quer *rehabilitar-se* perante os amigos quer *rehabilitar-se* perante aquelles que lhe negam a entrada no senado, quer *rehabilitar-se* perante os traficantes: e para o conseguir trabalha por super-excitar o povo incauto contra os subditos de Inglaterra, os quaes terão sempre na civilização do povo da Ba-

hia um escudo contra suas machinações infernaes, que não são mais do que a reprodução da mesma politica tenebrosa inaugurada no Rio de Janeiro— á palavra do redactor do *Brasil*.

Todos o estão ahí sentindo bem— o actual presidente da provincia tolerante ao trafico, tem dado as mãos aos traficantes barbaros, e d'elles espera tudo; e por elles sacrificará tudo.

Aproveita-lhe provocar um conflicto qualquer com os cruzadores inglezes; porque d'esta arte o actual presidente da provincia poder-se-ha *rehabilitar* appellando para os brios nacionaes.

Caia sobre vós que assim procedeis, homem sinistro, caia sobre vós todo o mal que possa resultar do vosso desgoverno: caia sobre um ministerio que vos conserva toda a immensa responsabilidade de uma provocação tão miseravel.

Maldição aos homens do poder— que ao bem-estar de uma duzia de torpes traficantes pretendem sacrificar a honra da nação brasileira!

Maldição aos homens do poder— que para não quebrarem as escadas pelas quaes subiram— elles provocam a *desordem* promovem a guerra, e buscam agular o povo contra hospedes pacificos.

Anathema a elles.

E esteja bem seguro o povo da Bahia de sua força, e do seu bom senso; a paz de suas familias não será perturbada.

Esse *apparato de guerra*— é a personificação do sr. Martins. E' a ameaça de 400 baionetas no theatro publico— é o sonho de revoltas do dia 4 de julho de 1849.

Descance em paz o povo da Bahia: nada tem elle que vêr, ou que entender com essa *negociada* do sr. Martins; não é elle que ha de lacrar sobrados, collares, ou escravatura.

O que teve de interessante para o povo da Bahia o haver sido tolerado pelas autoridades locais a conducção de uma embarcação negreira por um vapor, alto dia, ahí na barra da Bahia?

Não tem com a nacionalidade brasileira nada, absolutamente nada o actual estado de cousas.

Avenham-se lá os traficantes, e o governo que os protege com os cruzadores inglezes.

D'ahi tambem temos as melhores razões para o affirmar, d'ahi não hão de passar as exigencias do governo inglez.

A *Justiça* lhe faz conta adulterar factos. A *Justiça* não é um periodico brasileiro.

Que diria ella, que dirão os da facção dominante á esse facto da compra, e armamento do hiate *Maria-até-vêr*.

E' um facto escandaloso— tristissimo na quadra actual. — Cubram-n'o de mantos d'ouro e de purpura, será elle sempre o significado de que o actual presidente d:

provincia é um louco que não sabe o que faz, ou um perdido que quer *rehabilitar-se*.

A opposição não quer a desordem. Quem quer a desordem é o governo que a deseja— a provoca.

A impunidade dos crimes é a tolerancia e a Justiça da politica actual.

Tem sido bem rapida a progressão dos crimes commettidos depois de 29 de setembro de 1848. E assim devia de ter acontecido. A transição de uma politica liberal para a politica compressora, a substituição da liberdade pela compressão, a troca da animação á moral publica pela convivência com criminosos corruptores, e as reacções que vieram dar novas azas ás paixões politicas, deviam de influir grandemente no augmento dos crimes favorecendo o odio e a vingança; negando protecção ao desvalido, insuflando o stoicismo aos avelados aos crimes, assegurando a impunidade dos amigos politicos.

Proclamaram os dominadores— *tolerancia e justiça*. Destas palavras como d'un talisman se pretenderam servir para engodar os incautos que mal os conheciam, que não sabiam o que para elles significavam aquellas palavras magicas, que finalmente tinham-se esquecido de que os que proclamavam *tolerancia e justiça* eram os alliados do vicio e do crime, da immoralidade, e da má fé. eram os homens prostituidos ao ouro.

E para homens taes a *justiça* não podia significar— *não faças aos outros aquillo que não queres que vos façam*, a *tolerancia* não podia ser consentimento das liberdades publicas.

Eil-os agora no poder *tolerantes e justiceiros* á seo modo: *tolerantes* para consentirem na continuação de quanta immoralidade, de quanta violencia, de quantos crimes commetem os homens da sua grei, aquelles a quem, por troco dos votos roubados ao povo se fizeram elles erar uma camara unanime, entregaram elles as posições officiaes; *justiceiros* para dar absolvição aos criminosos de contrabando, para dar escapula aos fabricantes de moeda falsa, para dar guarida aos assassinos da honra e da vida dos seus contrarios politicos.

Não podia ser d'outro modo, não. Elles necessitavam do apoio da immoralidade, e das armas da corrupção: era pois dos immoralos e dos corrompidos corruptores que só haviam de servir para consecução de seus fins.

Agora, todos os estão ahí vendo, avultam horivelmente os crimes contra a segurança individual, e contra as fortunas dos cidadãos; e a auctoridade protege ao criminoso e persegue ao innocente; porque

o criminoso é seu aliado politico, e o innocente é seu censor.

Por todo o Brasil, de Norte a Sul, da Bahia aos limites de Goyaz, o cidadão pacifico sob o tecto de seus paes, no seio de sua familia querida, nos braços da esposa, entre os risos e brincos de seus filhos está entregue á furia de um sicario, pago as vezes pela policia, quasi sempre auctorizado por ella, sempre por ella tolerado.

E assim como sua vida, está sua fortuna exposta as poliação dos afillados da policia. Aqui são os escravos de um liberal agarrados, violentados, e vendidos em beneficio do oppressor ladrão; ali é a moeda falsa tolerada pelo governo, que póde da noite para o dia dar cabo do mais avultado cabedal, das fortunas herdadas ou adquiridas com enormissimos sacrificios.

E assim como a vida e a fortuna, está igualmente sujeita á assassinos a honra do cidadão brasileiro. E' uma gazeta paga pelo governo, ou alimentada pelo ouro do estrangeiro alliado, mas escripta e publicada sob as inspirações da policia. Contando com a impunidade promettida, esperanza do de lucrar tanto mais quanto menos generosa, quanto mais desabrida e atrevida for, a gazeta da policia atassalha injuriando o credito moral do cidadão, apunhala, calumniando, a vida privada o a honra do cidadão, o qual não póde se quer desafrontar-se, porque negam-lhe os policiaes as provas, e furtam-lhe o criminoso, e negam-lhe os juizes a justiça, e absolvem o improprio.

Duvides? Os factos contemporaneos vol-o estão mettendo pelos olhos.

No Rio de Janeiro é a vida de uma infeliz mulher que amamentava seu filho sacrificada ás grosserias d'agentes policiaes, que ficaram impunes.

Em Minas é um ministro da Igreja que é injustamente preso no exercicio de sua missão evangelica: e este facto sob o nome e auctoridade do ministro da justiça não tem que merecer punição.

Em S. Paulo é o parricidio quasi auctorizado, ou pelo menos fomentado pela policia; é o cidadão proba assassinado no limiar de sua casa.

Isto é assim nas provincias mais civilizadas, nas capitães mais populosas, e nos centros d'essas provincias, e nos dominios feudaes aonde a civilização não penetrou ainda, só Deus sabe dos horrores que á esta hora por lá se estão commettendo á face dos altares, no templo de Deus!

Nas provincias do Norte são tantos, tão repetidos, tão horribes de diser, são de tanto cynismo, de tanta ferocidade os crimes contra as pessoas, que o estrangeiro nos julga barbaros. Não é de mister, não é conveniente enumerar-os; mas antes os quizeramos esquecer.

Na Bahia, oh! na Bahia, primogenia da civilização do Brasil, na Bahia cheia de il-

lustração, e de christianismo, na Bahia é ainda um horror a tolerancia de 29 de setembro.

No municipio da capital, sob as vistas, do chefe de policia, aos olhos do presidente da provincia, uma auctoridade policial, o subdelegado de Passé, manda castigar uma pobre mulher livre com bolos, e esta prepotencia é acompanhada de circunstancias criminosas, e o chefe de policia o conserva em exercicio, e o presidente da provincia o anima com sua tolerancia, e as auctoridades judiciais também estão em ferias. E a gazeta da policia diz para a opposição, que denuncia da auctoridade, esta ameaga (justiça de 21 de dezembro de 1850) cavalheiros ha, que não gostam de repellir pela imprensa as injustiças de que são victimas, e apellam para outras represalias mais eloquentes e sensiveis. Eis-ahi o que se nos manda dizer da parte da auctoridade publica, cujo caracter fica optimamente descripto. Eis-ahi a justiça e Tolerancia.

No municipio da segunda cidade da provincia, em S. Francisco do Paraguassú, narrou o mesmo periodico da policia que um Pedro Lucrecio, mandára matar um inspector de quartelão por motivos frivolos e reprovados. Esse homem é administrador de uma propriedade de engenho do irmão do actual ministro da marinha. Quem será o louco atrevido que o prenda, denuncie, ou maldiga?!

Não longe d'ali um marido mandava pelo mesmo tempo por um escravo assassinar com inaudita barbaridade sua mulher em uma estrada, quando a havia convidado á uma viagem. Leva depois o cadaver para caza de um padre, simulando que o levava em desmaio, e o sangue que corre ainda em abundancia das partes pudendas por onde o ferimento mortal fôra feito, denuncia o crime. E a policia, e a justiça dormem o somno da tolerancia e da justiça.

Que vale que a imprensa opposicionista reclama contra taes crimes? A auctoridade está muda, está tolerante, está justa, e o redactor do periodico liberal será talvez amanhã a victima da politica da tolerancia e da justiça.

E o fabricante da moeda falsa, esse recebe todos os dias as visitas das auctoridades, é respeitado, é bemquisto, tem por si todos os dominadores.

E o contrabandista d'africanos, esse é o conviva, é o amigo intimo, é o pagador dos tolerantes justiceiros.

Oh! quanto está corrompida esta sociedade, meu Deus! quanto está corrompida!

A fortuna, a vida e a honra do cidadão estão a mercê d'esses taes. A fortuna, a vida e a honra do cidadão estão assim nas garras d'abutres do inferno!

Ide o vosso caminho de tolerancia e justiça Snrs. de 29 de setembro. Ha sobre

vós também uma tolerancia sabia, uma justiça infinita —

HA DEUS.

REPARTIÇÃO DA POLICIA.

Sollicita passaporte para Hamburgo o alemão Mathias Feter.

ANNUNCIOS.

Caetano José Rodrigues d'Abreu, mudou sua loja de Ferrador para a rua d'Alegria entre a do Rozario e de S. Catharina.

— Correrá imprêterivelmente a 2.ª parte da 4.ª loteria a beneficio das Santas Casas de Charidade desta cidade e do Rio Grande no dia 23 de Abril proximo futuro. O resto dos bilhetes achão-sea venda nascazas já annunciadas.

Porto Alegre 27 de Fevereiro de 1851.

O Thesoureiro.

L. A. de Medeiros.

— No ~~de~~ do corrente se hade arrematar em praça do juizo de orfãos desta cidade uma casa sita na rua da Ponte, pertencente a herança do finado Domingos d'Almeida Lemos Peixoto, avaliada na quantia de 4:400\$000 rs.

— Vende-se um escravo proprio para todo o serviço, rua da Varzinha caza n. 31. 3-1

— Perdeu-se uma caixa de rapé, de prata, pequena, com diversas figuras na tampa, quem a tiver achado e queira entregar, procure na rua da Praia n. 70 que será gratificado.

— Na rua da Praia n.º 79 aluga-se cadeiras de arruar com carregadores ou sem elles por preço muito commodo.

SUPERIORES BIXAS DA EUROPA.

Vende-se e se vão applicar por preço muito deminuto, em caza de Galisto, Rua da Praia n.º 137 em frente á rua Clara.

— Na rua da Praia vende-se um Escravo e uma Escrava, moços e sadios, e sem vicios. 1-4

PORTO ALEGRE, TYP. DO « PHAROL » DEM. J. DA CAMARA J.